

Fraude no Senado na votação de Aluizio

BRASÍLIA — Houve fraude na votação da nomeação do ex-ministro da Administração Aluizio Alves para o Superior Tribunal Militar, ontem no Senado. Na urna, foi encontrada uma bolinha (voto) a mais que os 56 senadores presentes à sessão secreta e a votação foi anulada. Se não fosse a fraude, a nomeação de Aluizio para ministro do STM seria confirmada pelos senadores por 27 votos a favor, 25 contra e cinco abstenções. Na terça-feira, os senadores voltam a se reunir para votar a indicação do ex-ministro.

O sistema das bolinhas para a votação foi adotado porque o painel eletrônico estava quebrado. Cada senador recebeu três bolinhas, uma branca (que significa sim), outra preta (não) e uma marrom (abstenção). Na terça-feira, a votação será feita com cédulas.

A sessão secreta, que durou uma hora e meia, foi polêmica. Logo no início, o senador Maurício Corrêa (PDT-DF) apresentou à Mesa duas certidões de Justiça do Rio Grande do Norte, mostrando que Aluizio Alves não ajuizou nenhuma ação na

área cível e criminal. A dúvida sobre o efetivo exercício profissional do ex-ministro como advogado já havia sido levantada pela Comissão de Constituição e Justiça.

“IMORALIDADE”

Pela Constituição, para ser ministro do Tribunal é necessário que a pessoa tenha no mínimo dez anos de efetivo exercício profissional. Em seu currículo, o ex-ministro afirma que está inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Norte, e trabalhou como advogado no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte de 1970 a 1985. “Mas não apresentou qualquer certidão comprovando que ajuizou ações nos tribunais”, disse o senador Maurício Corrêa. Para ele, a nomeação do ex-ministro, que ao deixar o cargo admitiu vários parentes seus e amigos, “é uma imoralidade”.

Segundo o senador, se a nomeação de Aluizio para o STM for confirmada no Senado, a Ordem dos Advogados do Brasil ajuizará um mandado de segurança.